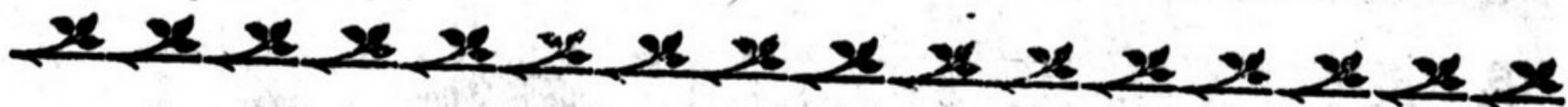


**Acción
Realis
ta**

**revista
quinzenal**



A SUBSCRIÇÃO

PARA

O Jornal da Acção Realista

aberta por esta revista

Transporte.....	2 653\$500
Euclides Portugal.....	36\$000
Cesar de Oliveira.....	100\$000
Anonimo.....	30\$000
Um integralista.....	50\$000
João Gomes.....	5\$000
Um grupo de estudantes.....	50\$000
Antonio Carvalho dos Santos.....	50\$000
Carlos Domingos.....	10\$000
Rafael Carvalho.....	50\$000
Manoel José G. Grilo.....	30\$000
Elias de Sousa.....	50\$000
Antonio Rodrigues.....	50\$000
Roberto Jesus Alves.....	50\$000
Francisco A. da Gama e Melo.....	50\$000
Dr. Ruy Bettencourt da Camara.....	1.000\$000
Um operario.....	2\$500
João Fernandes Lopes — Arcos de Val-de-Vez..	25\$000
Joaquim Ribeiro Pimenta.....	25\$000
A transportar.....	<u>4.317\$000</u>

E' com a maior alegria que vemos a nossa subscrição ser aumentada por donativos, uns avultados, outros modestos, mas convencendo-nos todos êles de que a *Acção Realista Portuguesa* é acompanhada por bons e desenteres-



ACÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração
RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA

EDITOR
Antonio Ferreira Junior

Assinaturas (Pagamento adiantado)
SÉRIE DE 10 N.ºs — 10\$000 RÉIS
Numero avulso — 1\$000 réis

REACÇÃO?

A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA
FALA ÀS FORÇAS ECONOMICAS DO PAÍS

A «Acção Realista», ao mesmo tempo que é uma revista de propaganda doutrinária, é o boletim oficial do movimento que nasceu da mensagem de 8 de dezembro, e, como tal, o porta-voz de que a Acção Realista Portuguesa se serve para falar ao País.

Nesta hora grave mas prometedora, que a crise nacional atravessa, a Acção Realista sente-se no dever de falar áqueles que, acordando dum letargo em que ha muitos anos permaneciam, se mostram dispostos a intervir na vida politica portuguesa para acabar com o vergonhoso estado de coisas que ameaça arrastar a nossa querida Patria para a sua total ruina.

A Acção Realista Portuguesa considera-se a detentora do mais puro nacionalismo lusitano e por isso o órgão de propaganda da unica doutrina capaz de efectivar as aspirações mais ou menos imprecisas que milhares de portugueses de lei sentem em seu coração.

E' em nome dessa aspiração nacional e dessa doutrina formulada em bases que não falham, que este agrupamento vem falar ao país.

O país acorda? O país acorda! Não o deixemos divagar e perder o fio das suas nobres aspirações. O país acorda: acordam os seus organismos vivos que a politica sórdida da Democracia pretendia asfixiar. Pois bem: saudemo-los com todo o entusiasmo da nossa fé, e emprestemos-lhe o que em nossas forças caiba para os auxiliar no triunfo.

As associações industriais e comerciais portuguesas deliberáram romper o silencio comodista e comprometedor em que a nação espoliada e vencida tem vivido e iniciar uma verdadeira reacção nacional contra o esbanjamento dos poderes publicos, a incompetencia dos governantes, os escândalos da politica e a extorção feita aos particulares por meio de impostos para sustenta: a bacanal demagógica...

Bem hajam os comerciantes e industriais portugueses que, fóra de toda a *politiquice*, nas importantes assembleias ultimamente efectuadas, verberaram asperamente os desman-

dos governativos, a espoliação que se pretende levar a efeito, e se propozeram iniciar uma campanha a favor da ordem, da moralisação dos serviços publicos, da competencia dos governantes, do bom nome e ressurgimento de Portugal. Bem hajam ! E porque os mesmos fins pretende a Acção Realista atingir, os representantes da Produção portuguesa podem estar certos do nosso aplauso e do nosso incondicional apoio e solidariedade.

*

Nos discursos e moções aprovadas nas assembleias gerais das referidas associações ressaltou sempre esta nota bem clara e frisante ;

- Não queremos mais clientelas politicas a governar !
- Queremos um governo de competencias !
- Fóra com os politicos de profissão ! Exigimos ordem, autoridade, moralidade e economia no poder !

Muito bem, senhores comerciantes e industriais ! No dia em que tal se conseguir, Portugal está salvo. Porém, não basta clamar o que se quiere ; é necessario estudar como se consegue tão desejavel estado de coisas.

Ir á presidencia da Republica, exigir a queda do ministerio, e, em substituição, um governo constituído por A. B. e C., competencias no vosso claro entender ?

Suponhamos que o sr. Gomes atendia a vossa petição. Estaria resolvido o problema, solucionada a crise ? Que ilusão ! O que se passava ? Inevitavelmente isto : o parlamento (este ou outro que a seguir fôsse eleito ; era o mesmo) abriria em tempo normal. Estava em vigor a Constituição. O parlamento é o poder central e supremo nas democracias. Ele continuaria a ser composto pelas clientelas politicas (supôr outra coisa é um absurdo) que continuariam a sua acção dissolvente. O conflito abrir-se-ia inevitavel. Os partidos tinham por si a Constituição e o presidente da Republica. Dava-se o golpe, travava-se a revolta, e voltar-se-ia ao mesmo, se não se caísse em maior anarquia.

Meditem nisto, e vejam como tal exigencia é insufficiente. Para afastar o mal é necessario extinguir as causas do mal. Não basta escorraçá-lo á superficie, porque ele volta.

Donde nasce o mal ? Nasce da propria constituição democratica parlamentar. Em quanto vivermos em regimen parlamentarista, a politica sectaria e sem finalidade, origem de todo o nosso mal, manter-se-á de pé.

Para vivermos em ordem preciso é, primeiro que tudo, destruir essa assembleia idiota e dissoluta que é o parlamento. E' ele que domina toda a nossa vida publica porque é ele o «Soberano». O que equivale a dizer que soberano de facto é o poder que move todos os corrilhos do caciquismo indigena. Esse poder é as clientelas politicas, corruptoras insaciaveis, sem correcção : um poder anti-nacional, a tirania de facções anárquicas !

*

O que haverá então a fazer ?

Para combater a política é preciso realizar uma obra politica (Isto foi dito na Associação Industrial). E essa obra politica não a pódem as associações economicas só por si realizar. Teem que contar para isso com dois elementos : o Exercito que imponha a

ordem e impeça a revolução, e os politicos que combatem a politica dissolvente de partidos.

Garantida a ordem, afastados pela força armada os perturbadores da moralização, integradas as forças produtoras no seu papel verdadeiro que em Democracia lhe é desconhecido, procederiam os politicos á reforma politica, isto é, os homens de sciencia politica, interpretando as aspirações gerais, instituiriam os unicos meios capazes de efectivar essas aspirações.

O ponto de vista das forças vivas reclamantes e interpretes, nesta hora, da vontade nacional, coincide perfeitamente com o desses reformadores da politica que não querem politica de profissão, nem a imoralidade eleiçoeira, nem a tirania parlamentar, mas um governo constituido por um chefe fóra e acima de toda a politica, assistido de ministros não saídos de imposições de partidos, ligados uns aos outros por uma imoral solidariedade de clientelas tiranisantes, mas que administrem fóra da politica os negocios das suas respectivas pastas. Nesse sistema novo, as classes produtoras terão condigna representação em Côrtes, onde não discutirão politica, mas justamente a materia que lhes diz respeito. Nessas Côrtes, onde organicamente a Nação se representa, todas as energias nacionais colaborarão com o Estado, informando-o, fazendo reclamações, e mesmo, em épocas de crise, impondo lhe um caminho a seguir.

Não é isso o que os srs. querem? E'. Pois é isso tambem exactamente o que nós queremos!

Todos os movimentos verdadeiramente nacionais hão-de fatalmente cair na efectivação do nosso doutrinarismo.

Quando se grita «fóra com a politica», é preciso entender-se «fóra com a politica... democratica», porque, se assim não fosse, tal frase seria um absurdo. Portanto, tem que se começar por um acto politico para se iniciar vida nova.

Se as associações comerciais e industriais se não convencerem disto, todo o seu esforço será inutil.

*

Estes esclarecimentos sentiamo-nos obrigados a dá-los a quem se propõe tão nobremente iniciar o movimento nacional para o qual os que militam na Acção Realista e os nacionalistas que connosco estão, ha tanto tempo veem dando o esforço da sua inteligencia e do seu braço.

Para levarem a cabo o seu patriotico intento, as forças economicas precisam apenas apelar para o Exercito e para o Povo. Para o Exercito que assegure a ordem enquanto se proceda á grande renovação nacional; para o Povo que com a sua confiança e o seu aplauso auxilie essa obra de saneamento e de ressurgimento que ás *élites* cumpre dirigir.

Estas são as nossas palavras, corajosas e fortes. Não fazemos politica de habilidades e de astúcias, — tão do agrado da mentalidade da gente dos partidos e dos arrivistas. A verdade tem os seus direitos. E a Pátria é para nós — a verdade. Que todos nós nos encontrêmos na solidariedade dum nobre e izento patriotismo!

REFLEXÕES Á CERCA DA CARTA CONSTITUCIONAL

I — A SUPERSTIÇÃO DA CARTA CONSTITUCIONAL

Só como curiosidade historica podemos hoje evocar a Carta Constitucional, esse célebre estatuto que, quando o lemos, faz ressuscitar a atmosfera de ideias de ha cem anos, romantica, histórica e contraditoria. Escondida ao canto das bibliotecas de direito politico, numa hirta secura de múmia, a Carta Constitucional é, quando muito, um assunto para estudo, o campo de analyse onde pudemos surpreender, enfrascados, os velhos principios liberaes que fizeram do nosso paiz uma nação cheia de ruinas, paralisada nas suas virtudes creadoras no sentido vital da sua tradição.

Mas quem respeita no nosso tempo a Carta Constitucional? A geração que veio para a Monarquia depois de 1910? Seria ridiculo pensar isso. Essa geração, experimentada no holocausto do seu amor á Patria e ao Rei, é uma geração de reaccionarios, no sentido positivo e nobre desta palavra. A Carta é para ela simplesmente um documento historico, arcaico e cheio de poeira, onde tudo morreu: a sua letra e os seus principios. Pode a doutrina liberal que corre nos artigos dessa constituição, é uma mentira, um erro grosseiro e infantil que se evapora como uma bola de sabão á claridade da sã e moderna sciencia politica. O nosso amor pela Patria, que para nós não é uma flôr de retorica, mas um sentimento e uma ideia construtiva, — o nosso nacionalismo — projecta sobre esses principios liberaes, que amam a penumbra e a indecisão, uma forte claridade que os faz ressaltar na sua evidencia: o liberalismo tem sido um veneno anti-nacional, dissolvente e perturbador, perigoso para a nossa soberania e para a civilização portugueza. Mas não é só, conduzidos por um criterio nacionalista, que denunciámos essas doutrinas liberaes como um perigo permanente para a nação, Racionalmente, á luz da verdade scientifica, temos de concluir tambem pelo vácuo do liberalismo, pela sua incapacidade congenita como doutrina politica e social. O liberalismo é anti-humano e antinacional.

Mas porque se fala ainda na Carta Constitucional? Ha alguém que deseje restaurá-la? Julgamos que mesmo aqueles simpaticos sobreviventes das gerações passadas já se sentem pouco á vontade quando falam dessa famosa constituição, trazida para Portugal por um estrangeiro: um inglez que se chamava Stuart... A mentalidade desses liberaes, que comovidamente evocam os tempos idos da sua juventude, as patuscadas no Parlamento, e as palestras sonolentas á porta da Havaneza, não se modificou e persiste com uma teimozia caturra preza aos seus antigos preconceitos. Mas como bons liberaes, não fogem á psicologia que os caracteriza; ondulosa, vaga, sem impeto, nem arranco combativo, e propensos a uma melancolica transigencia... É uma excepção muito notavel ver um desses antigos politicos renegar o seu passado, as suas falsas e estereis gloriolas parlamentares, e essa insolencia individualista, o aprumo anarquico com que falavam do Rei... A Carta Constitucional para esses velhos monarchicos, que remexem a cinza das suas memorias e se lisongeiám na lembrança dos tempos em que eram novos, deve misturar-se vagamente com a saudade do seu passado, com as cartas de namoro e as ceias

a desóras. A Carta Constitucional é, na nossa historia politica, o Passeio Publico. A Carta pertence, mais do que ao país, á Lisboa velha. Gouvarinho e Conselheiro Acacio, ressuscitai! Vinde salvar a vossa Elvira, — a Carta!

II — CADASTRO DA CARTA

Esse celebre librêto, que se gorgoeu durante quase cem anos nas operetas do Parlamento (José Estevão foi um tenor aplaudido...) tem uma historia — que é um cadastro. Nada revela o que seja a Carta como o estudo da sua origem. Ha muita gente que a ignora, — e a julga creada pela fatal necessidade de certas circunstancias internas. Pois a Carta tem uma origem que lembra a das aventureiras... Veio de muito longe, — do Brasil. Foi redigida abstratamente, debaixo de influencias benthamistas, sem que se considerasse que Portugal tinha a gloria de ter creado uma tradição, uma personalidade nacional forte e demarcada. D. Pedro IV saíra do Reino aos quatorze anos e naturalmente não se lembrava dele... Foi um inglez, Lord Stuart, quem a trouxe para Portugal com o sorriso lisongeado de prestar um serviço ao seu país. Este pormenor é curioso e elucidativo. Parece que o acaso se tinha encarregado de pôr sobre esse papel o selo inicial dum estrangeirismo inadaptable e de denunciar, ao mesmo tempo, os interesses inglezes que se ocultavam. Aproximando este facto da conferencia que certos republicanos (os bons portuguezes...) tiveram no *Foreign Office*, poucos dias antes da Revolução de 5 de Outubro, ha um misterio de interesses internacionaes que se desvendam facilmente... Oliveira Martins referindo-se ao envio da Carta para Portugal, por intermedio do inglez Stuart, comenta: «Obtido isto, embarcou com a pasta dos papeis, boceta de Pandora que, ao abrir-se em Portugal, desencadeou a anarquia, — sem que no fundo restasse, como no velho mito, a esperanza de um futuro!»

A boceta de Pandora abriu-se — e espalhou por todo o país os ventos demoniacos da destruição e da anarquia. Iniciou-se um periodo de guerras civis que se prolongaram até essa data funesta e dramatica de Evora Monte, quando Dom Miguel saiu do Reino, entregue a maçons e a desnacionalizados. Mas a agitação revolucionaria não terminou. Sucedem-se as revoltas, os partidos esfacelam a unidade da nação, o patrimonio nacional é delapidado nas orgias politicas. Ha assassinatos. O Rei é uma sombra, — sem autoridade para defender o interesse da nação e impôr-se ás facções revolucionarias. Impe-ram a Urna e o mito da Soberania Popular. Os pçliticos proclamam a sua vitoria e teem mais poderes do que o Rei. Para que a nação, a defesa do seu espirito e da sua riqueza, o nosso Passado e o nosso Futuro? Pois se havia liberdade e se a nossa Monarquia era a melhor das republicas... Sucedem-se os ministerios que, submetidos á anarquia e imbecilidade parlamentares, se veem obrigados a interromper a sua acção começada — e logo substituida por outra, muitas vezes oposta. Era a democracia, — o reino da incompetencia, da anarquia, e da desorientação. Assim se vive em Portugal durante decadas, — e o poder real, a mais alta instituição nacional, era reduzido a um valor simplesmente decorativo. Até que a Carta começa a revelar todas as suas virtudes nos principios do seculo XX. A desmoralização dos monarchicos é completa. Durante a situação franquista, por amor da Carta, difama-se e insulta-se o Rei — e prepara-se a sua morte. Em 1910, a Carta proclama — a Republica!

ACÇÃO REALISTA

E' este um esboço muito sintetico da sua historia — do seu cadastro. Que a nação agradeça a D. Pedro IV — e á Inglaterra — os favores que lhe prestaram . . .

III — A CARTA CONSTITUCIONAL EM FÓCO

Ha pouco tempo déram um estremeção nessa pobre múmia, que eu tenho ao canto da minha estante, ao lado do *Contrato Social* e do *Paulo e Virginia*. Na verdade, esse curioso e pitoresco livrinho tem um sabor adocicado de égloga e a côr já gasta e palida daquelas oleogravuras que costumamos ver nas casas antigas e nas casas de jantar das pensões. O Homem da Natureza, esse Adónis convencional e catita que os filosofos do seculo XVIII crearam como uma escultura barata, é a imagem em volta da qual se espalham como flores votivas os artigos raquíuticos da Carta . . .

Mas o velho livrinho que Stuart, — o inglez — trouxe para Portugal, como emissário de D. Pedro . . . e da Inglaterra, sofreu ha pouco uma sacudidela valente — a ver se mexia . . . A Carta, porém, permaneceu inerte como um cadaver e por mais que os velhos liberaes, com saudades da Patti, lhe cantassem árias dos tempos romanticos de S. Carlos, por mais que implorassem e vociferassem, a Carta ficon muda, palida, esfingica, — no silencio eterno de que não ha de acordar . . .

Que tem a nação com a Carta? Porque motivo essa lei constitucional ha de valer mais do que as constituições de 1822 e 1838? Que importancia nacional possui superior á constituição republicana? A estas perguntas claras e cortantes não deve haver uma resposta muito pronta. Todas essas leis teem um nucleo essencial comum: a sua doutrina democratica. Todas elas negam a autoridade nacional do Rei, a sua função superior, liberta da pressão anarquica dos partidos e dos interesses particulares. Atravez delas, a nação perde a sua natureza organica e fica transformada num campo árido, talado pelas hordas anti-nacionaes dos partidos. A superstição cretina do Número é comum a todas elas, — e as competencias, os valores positivos, fecundos, não podem ser chamados livremente a colaborar com o Chefe do Estado, — com o Rei ou o Presidente. Portanto, porque exaltam esses velhos liberaes as excelencias da Carta e deprimem a constituição republica, identica na doutrina? Misterio!

IV — A CARTA E A CAUSA MONARQUICA

Hoje, em Portugal, há um unico principio que pode salvar a nação: o principio monarchico. Só a Causa Monarquica, defendendo o Rei, tem a legitimidade para proclamar que representa a nação. Por isso a Causa Monarquica não é um partido. A sua finalidade é superior e nobre: deseja restaurar a nação, renovar todas as suas energias adormecidas e sufocadas por um regime de portugêses inconscientes, que não compreendem nem sabem o que é Portugal, na sua alma profunda e eterna. Desde 1910 que a ideia monarchica se foi depurando e o Rei começou a adquirir aquele prestigio inviolavel que os próprios monarchicos, nas pugnas dos partidos e na miseria parlamentar, desacatavam indecorosamente, com uma lastimavel ausencia de patriotismo. Surgiu, poucos anos depois do 5 de Outubro, a propaganda das doutrinas nacionalistas, que se alimentavam da mais profunda seiva historica, da tradição viva e imorredoura. Ha males que veem por bem . . . A Republica, — amamentada durante 90 anos pelo liberalismo — foi a causa mais pró-

xima e mais energica dessa reacção do espirito nacionalista, que anima hoje tantos portuguezes orgulhosos desse nome. A Causa Monarquica representa, portanto, esse movimento de reacção nacionalista e a sua finalidade é superiormente patriótica.

Dir-nos-ão, porêm : «Ha monarchicos que colocam acima do principio sagrado do interesse nacional, acima da Patria, como entidade viva e superior, os preconceitos das suas doutrinas decrepitas, erradas e anti-nacionaes. Esses monarchicos não são nacionalistas e certamente nunca compreenderão esse patriotismo combativo e consciente — acção e ideia — que é o nacionalismo.» Responderêmos simplesmente que temos uma fé profundissima na nossa doutrina — que é a propria Pátria — e na nossa geração. Dentro da Causa Monarquica, nós representamos a ála avançada pronta a todas as lutas de ideias e de barricada : a gente nova, os portuguezes conscientes que interpretam os desejos de renovação do nosso país e que salváram a ideia monarchica de se confundir, com uma leve nuança com qualquer programa de partido constitucional. A evolução de ideias dentro da Causa Monarquica tem sido rápida e profunda. Foi atendendo a este facto que El-Rei, com a sua autoridade superior de Chefe, reconheceu a legitimidade da doutrina monarchica que defendemos, o nosso nacionalismo anti-parlamentarista, considerando-nos seus servidores.

A Carta o que vem fazer, portanto, dentro da Causa Monarquica ? Esse libreto nada vale, nada representa, e só faz evocar um século de anarquia e de estagnação. O país não deseja a Carta nem se lembra déla. Quere o Rei. Perante a nação, a Carta é tão desconhecida, pela sua essencia anti-portuguesa, como qualquer outra constituição, — do Uruguay ou da China . . . Seja dito de passagem que os liberaes, com as suas abstrações de primários, não se preocupam muito com isso. Lembremo-nos de que os maçons e liberaes dos principios do século XIX pensáram, com uma imbecilidade digna de dó, aplicar ao nosso país a celebre constituição de Cádiz . . .

Dentro de Causa Monarquica até que ponto obriga essa Carta forjada algures em terra estrangeira ? A Carta é hoje um cadaver : está morta, e bem morta — para felicidade de nós todos. Perante as declarações de El-Rei e tantas outras do Lugar Tenente, os monarchicos teem a mais ampla liberdade de doutrina. Isto o quer dizer na realidade ? Que a Causa Monarquica não possui uma doutrina official, — uma doutrina imposta, ou mesmo recomendada pelo Rei. Ha duas correntes monarchicas que se degladiam : a nossa, nacionalista, anti-parlamentar, que defende a restauração integral da Nação, — e uma outra, vaga, indecisa que volteia como uma nuvem e decrepitamente sonha com votos : aquela a que chamamos liberal, mas que não sabemos bem o que quere e o que pensa . . .

Como vemos, dentro da Causa Monarquica não ha nenhuma doutrina que goze duma situação privilegiada perante o Rei. A que vem a Carta Constitucional, portanto ? O país já lhe deve muitos crimes, revoluções, anarquia e miseria — e a Republica garante-lhe uma descendencia que não a deixa esquecer.

Nenhum de nós — *obedecendo a El-Rei* — tem o dever de respeitá-la. O juramento de El-Rei só possui uma importancia puramente pessoal, e não vem perturbar a ideia monarchica de agir livremente, conforme o interesse nacional indicar. Esse juramento será facilmente resolvido no momento da revolução monarchica, pela força da Espada ao serviço da Pátria, — embora esse acto revolucionario fique dependente da confirmação da futura Assembleia Nacional.

Ernesto Gonçalves.

O TEATRO PORTUGUEZ E O MOMENTO SOCIAL

A arte contém um apurado grau de sensibilidade. De todas, porém, é a arte de teatro aquela que, sendo a mais expressiva, imediatamente padece os contactos e influências estranhas. O teatro na sua forma, ainda mais que na sua essência, é dos reflectores mais exactos de uma época. E como a sua grande força de impressão criadora reside sobretudo na sinceridade e na espontaneidade, traz sempre aspectos de verdade social, a que não consegue subtrair-se. O momento social eleva-a e deprime-a, por vezes, como força inconsciente, mas poderosa. Nas épocas em que as ideias se assemelham ao moulhar desvairado das ondas impelidas por correntes diversas, embora presida à concepção e realização da obra teatral uma finalidade simples de beleza, ela surge sempre batida dos recontros dessas ideias, como um grito de dôr ou protesto, como uma risada cristalina de irreverência e zombaria ou então amortecida numa palidez anémica por falta de atmosfera para a sua expansão, atrofiada e vencida do vendaval que a não deixa florir e viver.

O teatro em Portugal, hoje rico em toda a espécie de valores, sofre e estorce-se na desordem social do momento. Concorre ainda, e é esta a causa principal da influência externa, que a arte teatral é aquela para que contribuem, numa indispensável cooperação, elementos diversos — a mais completa, portanto, mas a menos independente.

O teatro na sua efectivação é a resultante de varias forças conjugadas e cooperadoras ; constitúi, por assim dizer, um organismo social próprio. Requer um conjunto de competências de especialidades diversas e exige, pois, uma disciplina extrema já para manter intactas as várias esferas de acção, já para que do contacto dos esforços individuais resulte harmonia na colaboração.

Embora êsse mundo teatral possua independência e vida própria pela sua mesma natureza artistica, o certo é que, existindo integrado no meio social geral, não logra alheiar-se da sua influência em todos os seus aspectos desde a obra literária e processo de representação até ao funcionamento dos mais elementares serviços materiais.

A desordem social, a escassez de escrúpulos, o espirito mercantil, o egoismo desmascarado, a supremacia das incompetências e do favoritismo, a deslocação dos individuos do seu meio invadindo com audácia e ignorância esferas de acção sem nenhum titulo que o justifique, a adopção de medidas para resolver as dificuldades do momento sem atender ao passado, nem a futuras conseqüências, todos estes fenómenos provenientes do sistema politico aceito e já agora tendo atingido a época da derrocada final, se reflectem no teatro.

¿ Faltam os valores artisticos ? Não. O público desinteressou-se do teatro ? Não. O mal do teatro português provém da incompetência, desordem e impudor do sistema politico ; é uma das suas naturais conseqüências.

Todos os problemas administrativos e sociais não são examinados e resolvidos com

proficiencia e estudo; apenas se intenta remover as dificuldades do momento e favorecer interesses e pretensões pessoais. O próprio sistema constitucional, agravadissimo numa república, implica imediatamente a formação de poderosas sociedades de socorros mutuos que se denominam partidos. E os societários sempre insatisfeitos nas suas ambições e vaidades exigem daqueles em quem recae o mandato de governar e administrar sob pena de lhes retirar o apoio de que vivem, toda a sorte de favoritismo e injustiça. Assim é que governantes e governados, desprezando as necessidades e interesses gerais, se embriagam na convicção de possuírem força e importância invencíveis em bacanaes desvergonhadas de injustiça, de petulância e infâmias até que um dia inesperado, despertam, se os deixam viver, no reconhecimento de que toda a força e importância que se atribuíam, não ia além de uma influência passageira admitida pela timidez e cobardia de muitos, odiada pelos que a sofriam que preparavam e esperavam a sua hora. Então todos esses que foram fortes e importantes, olhando para traz, interrogar-se-hão: — «¿ em que aproveitamos o tempo e a influencia? » Qual foi o bem geral que praticamos? ¿ Que foi a nossa obra? Começar e acabar miseravelmente.» Tal qual se passa com o teatro, da sua desorganização, que tem acompanhado a desorganização politica, e é no teatro do Estado onde melhor se observa o fenómeno, surgirá fatalmente ao cabo talvez de maior degradação, o ressurgimento natural, a redentora reacção. No teatro também se procura simples e comodamente a resolução do momento pelos processos mais patentes e inferiores — ou a exploração do nome de um artista ou a peça chamariz. O dia de amanhã, o aspecto artistico, a coexistência constituida, dos elementos componentes de um organismo teatral sem estabilidade e continuidade, nada importa, comquanto se adquiram nêsse determinado instante os recursos urgentes, à semelhança da nossa vida politica que se arrasta à mercê dos meios de ocasião, sem atender à lição do passado e às tradições, sem atender a consequências infalíveis, nem a prejuizos e perturbações de momento.

Estes processos que subsistem em virtude do artificio e do tempo indispensável à formação subterranea de vigorosas forças sociais tem sempre uma duração efémera. contudo a suficiente para saturar de sofrimento e razões os que desvairados e fortes cometem vencedores toda a casta de prepotências, cuja responsabilidade cabe na quasi totalidade aos primeiros.

Passada a hora da desordem social que vamos atravessando, depois de talvez desgraçadamente resvalarmos no mais atribulado e revolucionário momento histórico, a que se poderia ter oposto um movimento orgânico de reacção, cremos com a fé ardente no futuro de uma raça, que o teatro português reflectindo todas as vicissitudes sociais, renasça para um periodo, em que, restabelecidas a disciplina e a paz, apresente as mais luzidas manifestações de valor nacional.

Vasco de Mendonça.

NOTA DA REDACÇÃO — Vasco de Mendonça Alves, o ilustre dramaturgo, que consagrou o seu nome com os grandes sucessos da *Conspiradora e Sedutores*, dá-nos a honra da sua brilhante colaboração.

Vasco de Mendonça que, como nós, defende as doutrinas nacionalistas, diverge apenas de nós quanto á interpretação do «Pacto de Paris» — e por isso ainda hoje está ligado á Junta Central do Integralismo Lusitano. Mas, superior ás divergências politicas, que certamente se resolverão no momento necessário, — o nosso nacionalismo, junta nos num plano superior de ideias.

LIBERALISMO E NACIONALISMO

Entre os erros consumados do liberalismo e os factos que impõem o regresso á tradição, debate-se a Nação Portuguesa ha mais de um seculo de sobresaltos e de incertezas. E, todavia, é fóra de duvida que a razão resistiu sempre. A resistencia foi por muito tempo desarticulada e sómente instinctiva, mas não foi esteril, apesar de tudo ; as formulas legaes não conseguiram sobrepôr-se á vida nacional, conseguiram apenas coexistir com ela. Todos os esforços e todas as violencias dos seus defensores não lograram implantar os principios que a Nação repeliu em blóco ; e eles foram forçados a contentar-se com uma apparencia laboriosamente mantida.

E, não obstante, o nacionalismo carecia de uma doutrina eficiente. Não actuava quási, resistia apenas, discutindo o Portugal que então os portuguezes viam, por meio de comparações elementares com o que tinham visto seus paes. Era pouco, porque uma doutrina não pode limitar-se á controversia e á critica da doutrina que defronta.

Talvez por isso foi por tanto tempo considerada apenas demolidora uma geração cujas ideias basilares eram aliás as que podiam conduzir mais facilmente a uma reconstrução nacional. Apenas lhes faltou o serem consideradas sob esse ponto de vista, bem visível por traz da fachada analitica que a revestia.

Toda a obra de Eça e de Ramalho está crivada de apêlos nacionalistas, e, todavia, entre outras, foi dessas obras que os maiores traidores á Razão, os republicanos, se serviram para nos lançar na phase de desordem aguda que estamos atravessando.

Não é agora necessario recordar o caminho que seguiram . «descer ás astucias baixas, aos criminosos arbitrios, aos occultos e iniquos meios de que se valeu uma facção para perder o Reino, presumindo com discurso bem pouco acertado que acharia na ruina geral a sua propria elevação »¹.

Os factos são bastante proximos, as promessas falsas não estão ainda esquecidas, as insidias são a cada instante memoradas e postas em evidencia. Mas atravez desses meios e, em conclusão deles, destaca-se um resultado de maior importancia. Os ataques que os melhores espiritos da ante-penultima geração dirigiram ao regimen liberal, longe de conduzir, como seria logico, a evitar o seu recrudescimento, tiveram a mais contraria consequencia ; foram aproveitados pelos republicanos.

Hoje, como então, o liberalismo é combatido de toda a parte e do edificio das suas ideias pouco resta já a destruir. Os proprios corifeus dos grupos liberaes não parecem seguros defensores do sistema que praticam, e hesitam visivelmente em proclamar-lhes

¹ Palavras do Assento dos Tres Estados do Reino de 11 de julho de 1828.

as excelencias inegalaveis. Sintoma evidente de modificação na sua maneira de pensar, não é ainda acompanhado de manifestações mais importantes. E seria excessivo, afinal, pedir-lhes uma transformação mais nitida «Fibras cerebri non mutari aeque celeriter ac spiritus» dizia Mallebranche, referindo-se a uma permanencia da *imaginação* com atrazo constante sobre a *razão*. Mas nem por isso a mudança é menos segura e, a realizar-se, será até mais estavel.

Importa, porém, hoje que a situação nacional é incomparavelmente mais grave que ha sessenta annos, evitar a repetição dos mesmos fenomenos que então se deram. Importa que o derruir do liberalismo não vá facilitar o derruir da Razão, embora temporario; importa, numa palavra, efectivar a doutrina anti-liberal.

E' necessario, pois, que não fique a energia dos nacionalistas a gastar-se apenas na discussão do que está. Cumpre restaurar os organismos que devem sobrepôr-se aos elementos governativos liberaes. E' preciso banir o liberalismo de todas as suas formas de acção; e em todos os campos é preciso preparar a substituição.

O descredito parlamentar, que hoje todos apregoam, é alguma coisa; é talvez mesmo um signal caracteristico do crepusculo liberal; mas não é só o parlamento que constringe a vida nacional; são todas as manifestações liberaes: a uniformidade legislativa, o júri, a irresponsabilidade burocratica, a captação da riqueza nacional em proveito dos intermediarios... Isoladamente, o anti-parlamentarismo, nada significa, como nada significaria um movimento de ideias apenas tendente á supressão do júri ou á reforma economica no sentido sindicalista.

E todavia, pelo exemplo acima citado, somos forçados a reconhecer como é facil a um partido desviar em seu proveito, contra o interesse nacional, os ataques que o deviam atingir a ele, tanto como ao adversario a que são directamente dirigidos.

Foram desleaes os métodos então usados? Que importa? A obra partidaria representa sempre uma deslealdade para a Nação; por isso, em identicas circunstancias, devemos esperar que o mesmo processo seja aplicado. E' necessario entrar em guarda contra ele, ou contra qualquer variante possivel.

Para isso, o ataque contra o liberalismo deve antes de tudo ter um aspecto unitario; o seu corpo de doutrinas é inseparavel, e como tal tem de ser apresentado; no campo das ideias, em nada se pode transigir; uma pedra mal colocada faz desabar a abobada.

Mas não basta ainda a intransigencia das ideias; é preciso que delas resultem soluções; a um sistema de principios corresponde um sistema de órgãos que os realisam, e sistema a erguer em opposição ao regimen a substituir.

Em resumo, cumpre a todos aqueles que sobrepõem o interesse nacional ao seu interesse immediato não deixar desviar a corrente nacionalista do seu unico fim: a restauração de Portugal. E' indispensavel que nem um unico esforço tenda para outro fim; mas, mais ainda, que nem um unico esforço possa ser aproveitado por outrem para servir os seus interesses particulares.

Essa dupla e constante acção de mostrar a viabilidade da doutrina e de a defender contra as confusões mal intencionadas é a missão dos tradicionalistas.

Cumpre-lhes ainda a eles mostrar a todos os outros que erram quando não atendem ao destino da Nação. E' preciso fazer-lhes ver que a crise presente não admite he-

ACÇÃO REALISTA

situações nem dilacões, que não ameaça alguns apenas, mas o conjunto, que não irá apenas influir nos seus interesses materiaes, mas em toda a sua vida.

E' preciso que os conservadores desempenhem o papel activo que caracteriza os homens conscios dos seus deveres. E' preciso que se façam reaccionarios para não auctorisarem pela sua cumplicidade uma catástrofe maior.

Foi a inercia, a falada inercia dos conservadores, que permitiu que as setas apontadas ao liberalismo atingissem a Monarquia. Mas hoje que a experiencia lhes deve ter ensinado alguma coisa, será muito esperar que compreendam que só o regresso á Tradição lhes pode garantir a vida e uma vida estavel?

G. de M.

A obra liberal de 1834 — convem nunca o perder de vista — foi inteiramente semelhante á obra republicana de 1910. Nos homens destas duas invasões é identico o espirito de violencia, de anarquismo e de extorsão. Dá-se todavia entre uns e outros uma consideravel differença de capacidade.

RAMALHO ORTIGÃO.

DEFININDO BEM . . .

Dizia-me ha dias um velho amigo e leal adversario politico : — «Nunca pensei que podesse desejar a restauração monarchica» . . . E explicava que, se um *bamburrio*, como foi o 5 de Outubro, trouxesse o Constitucionalismo, em nada teriam que se queixar os *republicanos puros*, porque logicamente uma restauração *constitucional* só podia ter como desfecho, num periodo mais ou menos breve, a restauração republicana». Este velho amigo, que é um homem culto e inteligente, que reconhece a falencia absoluta d'este regimen que ha 14 anos arruina todas as fontes de vida da Nação Portugueza, até hoje não quiz sacudir a utopia do seu esfarrapado ideal. E tão idealista é que se tendo sacrificado pela republica, continua ainda pobre mas honrado quando tanto *adesivo* anda para aí abarrotando ouro e pavoneando-se com influencias partidarias . . . Objectei-lhe que a famosa *Carta Constitucional* tinha descido á cóva, servindo de almofada á cabeça ôca do ostentoso Conselheiro Acacio . . . E acrescentei que só por ironia ou ingenuidade se poderia pensar no regresso do *Constitucionalismo* . . . Os velhos defensores da *Carta* teem talvez ainda por esse Paiz fora umas duzias de *caciques* com quem contam para eleições . . . Mas as eleições são o que de sobra todos nós sabemos e não é por esse caminho que virá a Monarquia . . . Esses *sustentaculos* veneraveis do Constitucionalismo são incontestavelmente pessoas encantadoras, imensamente amaveis e conselheiramente corretas, que nos fazem rir quando falam a *serio* nas suas doces illusões politicas . . . A *geração nova*, os intellectuais, as Classes Trabalhadoras, as *forças vivas* da Nação, são profundamente anti-parlamentares e anti-demagogicas. Se hoje repudiam ou combatem a democracia de barrete frigio, não é para se lançarem amanhã nos braços da democracia coroada. Entre uma e outra pouco medeia . . . Um chefe de Estado a *praso* ou *hereditario vitalicio*, em qualquer dos casos, uma figura decorativa quando muito, inutil de facto e bem dispensavel . . . Ao fim de 14 anos de republica contam-se a dedo os *servidores* do defunto regimen que não acamaradaram com os *redentores* de 5 d'Outubro . . . Não : o Constitucionalismo caiu apodrecido na vala comum. Que descance em paz. Mas os mortos não ressuscitam . . . A Monarquia será um facto talvez em breve . . . Mas uma *Monarquia nova*, onde as *Classes*, as Profissões e as Provincias se representem e façam voltar a vida nacional ao equilibrio perdido nas jornadas terriveis de 1820 e de 1834 . . . E o meu amigo, incrédulo : — «Vocês não conseguem libertar-se dos *politicos* . . . Serão fatalmente *abafados*» . . . E eu insisti com energia e franqueza que triunfaremos porque estamos organizados e disciplinados. O caso é abrir fogo ! A victoria é nossa ! O Paiz, o Povo estão conosco. Depois, antes que haja tempo para tomar folego, começaremos por expulsar da chamada Causa Monarquica esses *vendilhões da Nacionalidade* que usam, como vulgarmente se diz, «jogar com pau de dois bicos e pescar nas aguas turvas ;» combateremos *todas* as plutocracias ; moveremos uma lucta sem quartel contra os especuladores da boa-fé do Povo chamaremos á responsabilidade *todos* os culpados, sem contemplação alguma, d'este descalabro nacional ; baniremos para os logares devidos essa turba de inuteis e de

vadios que gastam os dias, sem produzirem coisa alguma, disfrutando os *lucros dos negocios* que os transformaram em *novos ricos, abastados burguezes* ou *opulentos capitalistas*; chamaremos as *competencias*, os seleccionados, a desempenhar as funções que lhes estejam a caracter. — «E conseguirão isso!? Oh! Se conseguissem tinham desde a primeira hora o País inteiro ao seu lado. . . E apercebendo-se do entusiasmo bem nobre e patriótico que esta breve exposição lhe suscitára, o velho republicano prosseguiu: — «Para que invejal-o? Isso era a salvação e só quem não tiver já o amor da Patria é que se levantará para vos guerrear. . .

E, após uma pausa, com mais serenidade: — «Porque se vocês conseguem varrer esta escumalha de barrete frigio ou mascarada de corôa salvam a Nação» . . .

Esta palestra passou-se em meados de Agosto, nas Arcadas, entre os ministerios do Interior e da Guerra. . .

Ao separarmo-nos o meu adversario insistiu que não desanimassemos: — Se vocês levam a cabo os seus planos o Povo, em massa, está comvosco» . . .

*
* *

Vem isto a proposito dos *entusiasmos impolíticos* da imprensa constitucional ao celebrar o aniversario da defunta *carta*, que Deus haja. . . A parte sã, inteligente, patriótica e trabalhadora de Portugal vê por este prisma, pensa e deseja por este molde. Não tenham ilusões. As coisas são o que são. Ha muitissimos republicados desiludidos, homens de caracter, como o amigo que citei, gente com valiosa bagagem intelectual que desejam ardentemente o fim *d'isto*. Para que campo se encaminham? Foram bater ao ferrolho do mausoleu do Conselheiro Acacio? Não. Vieram engrossar directa ou indirectamente as fileiras anti-parlamentares. O Povo está farto de republica, de Parlamento e de bambuchatas. O Povo, que tem condições de vida e de salvação, quer reagir, quer salvar-se. E para salvar-se só tomando um rumo diverso do que tem seguido até hoje. O Povo suportaria lá um novo regimen com Parlamento, com deputados com *partidos politicos*, com contumelias e cortesias!? Os erros, os defeitos d'este regimen continuariam no outro que demais bebeu o mesmo leite envenenado! E' fantastico que ainda haja quem sonhe com uma restauração constitucional, cartista, parlamentar, a dentro da Causa Monarquica, depois das provas provadas! . . . E quem faria essa restauração parlamentar, cartista? Só se fossem os republicanos como medida estrategica para uma retirada, deixando os *outros* a apanhar o *embate* e a sofrerem as consequencias de uma governação *liberal*. . . Restauração Constitucional só feita pelos republicanos, como compasso de espera para nova ária republicana. . . No Constitucionalismo ha respeitaveis velhos que escrevem com belo estilo, ha ardilosos polemistas, gente muito agradavel no convivio, muito decorativa, mas que detesta conflitos, que não está para combates e que só aceita a *lucta legal* quando não periga a integridade das suas costelas. . . Ora não é com a tal *lucta legal*, não é com a comedia do papelinho, com a burla das eleições, que se fará a Monarquia — e ainda bem. E' pela força. E a força consegue-se por uma forte organização hierarquisada e disciplinada, que se prepara com tempo e com paciencia. Essa força, que não se retrai, que *se bate*, que

avança sempre, temol-a nós, os anti-parlamentares. Chegou o momento de o dizermos sem reservas, porque é preciso que por esse Paiz fóra se saiba que, enquanto se perdiam energias em discursos e intrigas de bastidores, nós andavamos a organizar, a colher os elementos dispersos. Ora esta força organizada com tanto trabalho e sacrificio não a vamos pôr amanhã ao serviço de uma ideologia morta. As organizações operarias, os nucleos, as Juntas Municipais e Provinciais, os combatentes, a juventude, a massa compacta do Povo Trabalhador têm sido preparados, instruidos e desiludidos das mentiras liberais pela acção paciente e inteligente dos nossos agentes, pelos denodados propagadores do nacionalismo... Até aqui os Constitucionais colheram louros e usufruíram beneficios no nosso campo... Mas tudo tem limite! Os tempos mudaram... O Povo já tem os olhos abertos com estes anos de dura experiencia e já não se deixa empolgar pelas figuras de retórica que povoam a verborreia constitucional e republicana...

O Povo está conôscio. O Povo quer *viver*, quer *trabalhar*, quer *luctar*. Ora não o consegue se se abraçar a um cadaver... Os fantasmas já fizeram epoca...

* * *

Em dois artigos superiormente escritos pelos meus amigos Caetano Beirão e Alfredo Pimenta e publicados em «A Acção Realista», pode-se ver bem o pensamento que nos orienta e a fé que nos anima. Sobre a provocação da imprensa constitucional nesses dois magistraes artigos delimitavam-se bem os campos e punham-se as coisas nos devidos termos. Quási que estas minhas considerações não teem já logar. Mas parece-me que nunca é de mais insistir num assunto tão importante como este. Além d'isso a franqueza e a attitude do nosso movimento devem matar as ultimas illusões dos que as tenham sobre um regresso constitucional, crear *alma nova* nos nossos combatentes que por vezes desanimam por não sentirem o fragor da lucta, e ter ainda a vantagem de mostrar aos patriotas, *aos desiludidos*, que ha quem vele, quem resista e quem prepare a victoria nacional... No nosso campo não ha *medo*... Nem medo das responsabilidades nem medo fisico... Um e outro encontram-se facilmente nos *jarrões endinheirados*, nos *negociantes politicos* ou *politicos negociantes*, que teem entendimentos com a gente da republica e com o grupo constitucional. Para eles uma restauração monarchica anti-parlamentar é o fim de todos os *negocios*, é o acabar da *ração*, o esvasiar da *gamela*... Convem lhes *isto* ou a Carta Constitucional, para terem partidos politicos, eleições, gente que *se venda* e gente que *comprem*... E' por causa d'estes *jarrões* que ainda a republica estrabucha São *eles* que a mantem. Vão a Londres beijar a mão a El-Rei, mas correm logo a Paris ou á Serra da Estrela a confraternizar e a reacionarem a gamela... E' por isso que *eles* querem *isto* e combatem a acção e chegam a espalhar o desalento! E' com medo que façamos a monarchia que eles combatem a ideia do congresso monarchico. Bem sei que temem tambem que eu e outros possamos relatar *combinações*, *negocios* e mais *habilidades*, indicando *pessoas e factos*. *Eles* sabem que nós sabemos dos seus passos, dos seus planos, dos seus *trucs*... que sabemos tudo e que

não hesitamos em falar . . . Mas se o congresso não se realizar, é certo que lá não *falaremos* mas, em compensação, podemos *escrever*. Em organização e *investigação* não nos *batem* . . .

*
* *

Quando se deu a divergencia integralista eu permaneci fiel aos Principios e fiel a El-Rei. Temos trabalhado sempre para reunir os Integralistas. Que trabalho ingrato e arduo tem sido este ! Mas é consolador ao menos poder ver o fruto bemdito deste labutar.

Eu tenho, pessoalmente, por S. M. El-Rei uma leal e respeitosa estima e uma profunda admiração. Sei directa e positivamente que El-Rei, hoje mais do que nunca, se interessa pelo nosso movimento sindicalista e anti-parlamentar. Mas, pondo de parte esta minha dedicação e simpatia pessoal, eu sirvo El-Rei para servir a Patria — e nunca para servir o constitucionalismo. Se por uma circumstancia inverosimil e impossivel, El-Rei deixasse de servir a Patria para servir o constitucionalismo — que é tão anti-patriotico como a Republica, que tem tantas responsabilidades como a Republica, que é tão maçónico e anti-catolico como a Republica — eu não hesitava um segundo em me afastar do Rei para servir a Patria . . . Como eu pensam todos d'este lado ! Aos constitucionais, que estão enrijados num pensamento morto e numa alma velha, estes criterios fazem muita confusão. *Eles* teem vivido prezos a ideologias nefastas, ao vasio do seu romantismo morbido, absolutamente separados, opostos á mentalidade, á intelligencia, á logica que seguimos . . . *Eles* ligam-se apaixonadamente a *peçoas e sombras* ; nós consideramos apenas *Institulções*. Nós não somos monarquicos por uma futil simpatia, por um «snobismo» ou por um sentimento de calculado interesse. Somos monarquicos por intelligencia, por estudo não corremos atraz de fantasmas

S. M. El-Rei declarou já aos Portuguezes que, «desprendido do seu juramento, acata e aceita gostosamente a vontade nacional» . . . Ora a vontade nacional tem-se manifestado bem claramente cobrindo de epitetos aviltantes o Parlamento, a democracia da carta e da republica . . . Resta-nos enterrar o cadaver da republica e dizer a El-Rei que chegou o momento de tomar o comando do movimento nacional, em marcha para a Monarquia nova, a Monarquia das Classes, das Profissões e das Regiões, que é a solução salvadora para Portugal.

Visconde de Porto da Cruz

O REI

COMENTARIO ÁS «CARTAS D'EL-REI
D. CARLOS I A JOÃO FRANCO»

Aquelle testemunho é, pois, o do Soberano que quer governar bem, e que chega á conclusão, após uma derradeira tentativa, de que, com o parlamento, isso é impossivel.

De facto, o parlamento é uma assembleia de *políticos*; não de representantes das forças espirituais da Nação, dos profissionaes da medicina, do ensino, da industria, do fôro, do trabalho manual, etc., mas sim uma fauna *sui generis*, que se constituiu em sociedades por quotas, á volta d'um gerente, e que está sempre disposta a pôr os interesses d'essas sociedades acima dos interesses do País, que não tem outro intuito alem do lucro da empreza, de que hão provir os lucros individuaes, e que saltita muitas vezes d'umas para outras sociedades, conforme melhor convem aos seus beneficios particulares. Junte-se a isto que a Acção é incompativel com a verborreia, que cem homens a discutir são pela propria natureza das coisas incapazes de realisar uma obra, e estará explicado porque d'ALI não podia. não pode nem poderá nunca vir o renascimento do nosso País, nem de nenhum outro que esteja em condições dificeis.

As palavras do Monarca constituem um libelo tremendo contra o parlamentarismo. A sentença do Rei tem o altissimo valor d'uma conclusão do mais alto governante da Nação que pretendeu governar com as Camaras liberaes, que poz na sua conducta um tão desvelado interesse pelo Bem Publico que não hesitou em sacrificar-lhe a propria vida, e a quem a força insofismavel das realidades mostrou que renascimento do Paiz e parlamentarismo são termos antinomicos.

II

As cartas d'El-Rei D. Carlos representam documentos d'um extraordinario valor para o estudo da função da Realeza, porque dizem respeito a um periodo em que o Soberano procura de facto exercer o governo, porque se referem a uma das épocas mais agitadas da vida da Nação, como o é aquella em que se está operando uma mudança de Instituições, e porque são profundamente sinceras, filhas dum nobre e energico espirito que, tendo fitado como alvo o Bem Publico, a ele se dirige resolutamente, sem nenhuma especie de temor: quer fisico, quer moral.

A cada uma destas cartas, o Rei vai-se aproximando da Morte, cada mez, cada dia, cada hora que passa, trazem mais perto o momento em que Ele ha de ser assassinado, e assim constituem como que um testamento do mais alto governante da Nação, que se estava dedicando apaixonadamente ás obrigações do seu *oficio*.

O Rei verdadeiro é o que ali se pressente, e dizemos pressente, visto que, com um sistema defeituoso de instituições, ele não podia manifestar-se inteiramente. No entanto

ACÇÃO REALISTA

palpitam-se as grandes qualidades que a Realeza encerra, as vantagens que a tornam o melhor processo de governo dos povos.

A Nação queixa-se dos erros da administração publica, e o Rei, a um tempo interpretando o anseio por bom governo, e chamando a si o poder para o nomear, escolhe o melhor que lhe é possível dentro das circunstancias. Porque é preciso não perder de vista que se estava em Monarquia Constitucional, não devem perder-se de vista a mentalidade da época e os usos politicos. Assim o Rei escolhe, para governar, um partido, porque não era possível actuar d'outra maneira. Decerto em verdadeira Monarquia os partidos não existem, os ministros são tirados d'onde quer que se encontrem, obedecendo á condição de serem honestos e competentes, mas, então, como hoje, os homens estavam associados em grupos politicos, e não seria possível trazer de cada um d'eles os mais competentes, porque o antagonismo de interesses partidarios impossibilitava e invalidava toda a colaboração.

O Rei fez o mais que pode, visto que evidentemente impossível lhe era transformar a mentalidade d'uma época, e por consequencia os seus usos politicos ; no entanto, a aspiração nacional d'uma mudança de processos, d'uma administração honesta, encontra a Cabeça que a interprete e o Poder que inicie e sustente a sua realisação, o que só é possível quando o Rei governa e exerce de facto a sua magistratura.

Ha, contudo, um aspecto do Soberano que n'estes documentos não se pressente apenas, mas muito ao contrario antes se vinca fortemente : é o devotamento á Causa Publica, a ancia de bem servir a Nação, o desejo intenso de ser util, de governar bem. Em cada carta lateja esta nobre virtude da Realeza, repete-se e acentua-se muitas vezes. N'uma d'elas é assim sintetizada :

«Desde que tenhamos a razão do nosso lado, podemos ir até aonde o nosso dever o indicar, porque felizmente o numero dos que teem a perder ainda é maior e a esses damos e daremos garantias de bem servir o Paiz.

Devemos proseguir no nosso caminho, d'oa a quem doer, e n'esse caminho sempre me encontrarás ao teu lado e ao dos teus colegas, **por maiores que sejam os sacrificios que eu tenha que fazer. Devo-os ao meu Paiz,** devo-o áqueles que com tanta dedicação o querem servir.»

Assim escreveu o Rei, e que não eram méras palavras, mas sim deliberação séria e irrevogavel, os factos o vieram comprovar. O Rei fez pelo País e pela Monarquia o maior dos sacrificios : o da sua preciosa vida.

E lembrar-se a gente que alguns dos Catões que em mais altos brados o caluniaram, cá vão digerindo, de ventre bem forrado pelos milhões dos plutocratas que lhes alugam por bom preço a influencia ! . . .

Como se engrandece a figura do Monarca e quão alto o Tempo, o fatal vingador de todas as injustiças e embustes, a eleva acima do lodo que ousou tentar salpica-la ! Como cresce desmarcadamente e se agiganta, cavando um abismo entre o Rei e os *reisinhas* da republica. O Soberano deu a vida pela Patria e pela Monarquia, os outros, burlado o Povo, engordam á custa da miseria da Nação !

E são sempre assim os corifeus da deusa Democracia.

Um outro traço da Realeza, que n'estas cartas se revela, é a sustentação da continuidade governativa, é a firmeza na orientação tomada. É considerada a anarquia da época, a lucta ferez de interesses pessoaes, disfarçados sob o nome de interesses partidarios, a conducta d'El-Rei toma aspectos de heroismo e denota uma força de vontade invulgar. E' o Monarca a tentar opor-se á onda revolucionaria que levantava o cólo tanto entre os inimigos das Instituições como entre numerosos dos que se diziam seus partidarios, camaradagem logica, porque nada ha mais parecido com um republicano do que um monarquico constitucional.

Para que a onda revolucionaria vencesse, foi-lhe necessario passar sobre o cadaver do Soberano. De facto, o tempo o comprovou, o Rei — como D. Carlos tentava sê-lo, é o sustentaculo da Monarquia, o *fecho da abobada* do edificio monarquico. Abatido ele, mais tarde ou mais cedo, o edificio acaba por desmoronar-se.

O Rei não tem clientelas a alimentar para garantir o seu poder, recebe-o por direito de herança, o que lhe dá a independencia e liberdade de acção, tão necessarias ás altas funções de governo. Por isso D. Carlos, quebrando as algemas liberaes, pode encarar lucidamente e tentar com firmeza melhorar a situação nacional de 1906.

Ele tinha resolvido, como entendia que era seu dever, *seguir por caminho diferente d'aquela trilhado até então*, e tentou faze-lo com o funcionamento dos órgãos legislativos habituaes, mas os politicos : regeneradores, republicanos, progressistas, os primeiros e ultimos, porque tinham sido afastados dos lucros do Poder, os republicanos porque viam fortalecer-se a Monarquia, resolveram combater por todas as fórmias o governo que o Rei tinha nomeado, particularmente no campo parlamentar, impedindo o seu normal funcionamento.

Não hesitou o soberano, todo entregue á sua ancia de bem governar, de melhorar as condições internas do País, como já anteriormente o tinha feito para as suas condições externas. Seguiu o caminho que lhe restava : o encerramento das Camaras.

Não foi esta resolução tomada sobre pouco numerosos motivos. Entre os documentos agora publicados, alguns aparecem em que as desprestigiadas e nefastas instituições parlamentares são apreciadas com a devida dureza e, no decorrer da sua vida de monarca constitucional, quantas e quantas razões El-Rei não teria para escrever o que se lê na carta XI : « não era d'ali (*do parlamento*) que poderia vir o restabelecimento da disciplina social, nem o renascimento do nosso Paiz » !

O Rei procura interpretar e satisfazer os aneios da Nação, não age em nome d'uma opinião pessoal. Ele o diz no periodo que segue e que deixamos atraz transcripto : **«N'este sentimento acompanha te, acompanha-nos, por certo grande parte do Paiz».**

Ha quem considere um erro a dictadura franquista e quizesse ver os regeneradores terem continuado a governar. Esses, porém, não tomam conta de que a mentalidade da época estava transformada. As doutrinas democraticas, quaes vermes roedores, tinham-se alojado no edificio monarquico e minavam-lhe febrilmente alicerces e travejamento. Por

outro lado a massa do camartelo que procurava demoli-lo, ia augmentando sempre e nos ultimos tempos mais rapidamente.

A situação exigia um remedio *herolco*, que atacasse energicamente o mal. A doença que devastava o Estado, era o parlamentarismo, o antidoto possivel de empregar na circumstancia era a dictadura, e assim o seu advento tornou-se inevitavel.

Isto é o facto analisado na sua essencia. O seu aspecto externo, esclarece-o este comentario de João Franco, quando narra a conversa que teve com o Rei, na vespera de iniciar a dictadura, e as suas hesitações em aceitar a solução que o monarca lhe oferecia. Diz o Primeiro Ministro :

«Por outro lado via deante de mim **um homem** que tão resoluto e leal se nos mostrára, *tão senhor da sua maneira de pensar e de proceder*, sincera, poderia mesmo dizer, *apaixonadamente dedicado ao bem publico*, sequioso de ligar o seu nome **a uma obra** de levantamento interno do Paiz, como já vantajosamente soubera servi-lo nas suas relações e prestigio internacional.»

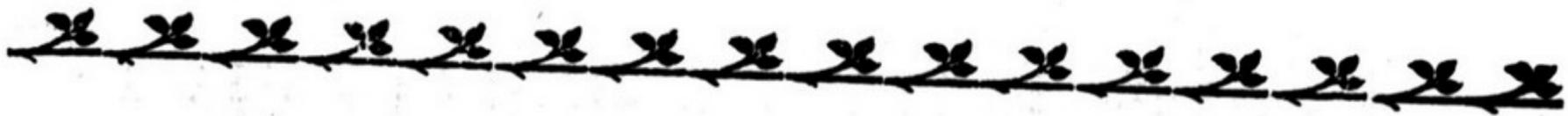
O Rei queria que se realisasse uma obra de boa administração interna, o parlamento como era fatal, impedia-a. Apenas dois caminhos se apresentavam : ou deixar correr as coisas como até ahí, ou encerrar as Camaras. Não era proprio da vontade firme com que o monarca queria melhorar a situação do país, o hesitar, e assim D. Carlos tomou decididamente pelo segundo termo da disjuntiva.

Sendo a dictadura inevitavel, vejamos ainda porque o seu agente tinha de ser o franquismo.

Erra quem vir n'este movimento politico apenas o seu aspecto externo : uma méra dissidencia partidaria. Elé representa mais do que isso, ele é o expoente da reacção da parte activa da sociedade monarchica portugueza contra o avanço republicano. Reacção apenas sentimental, lamentavelmente desprovida de ideias, no emtanto signal ainda d'um instinto de defeza. O ataque demagogico fazia-se, bazeado aparentemente nos erros e faltas da administração publica, a que são fatalmente conduzidos os regimens eleicoeiros. Contrabatendo-o, a situação franquista trazia como principal preocupação a moralidade administrativa. Os republicanos procuravam conquistar a parte da sociedade portugueza que se interessa pelos negocios publicos e que é capaz de agir. Não a descurou o partido de João Franco e ahí procurou exercer a sua influencia.

(Conclue no proximo numero)

Luiz Costa.



sados portugueses. A nossa obra — a restauração de Portugal — necessita do apoio de todos os que amem, acima de tudo, a nossa Patria. Nacionalistas verdadeiros, para nós o Rei ocupa, dentro do Estado, o lugar superior donde a Nação pode ser regida com patriotismo, isenção do espirito de seita, e com um alto pensamento português. Monarquicos — compenetrar-vos bem das responsabilidades que peçam sobre todos vós! Nós não somos um partido. Queremos restaurar a Nação por meio da Monarquia e da autoridade redentora do Rei. Devemos à nossa Patria tudo o que ella exigir: trabalho, auxilio material — e o proprio sacrificio de nossas vidas! Monarquicos, despertai! A vossa sonolencia é uma traição à Patria. Preparêmos a vitoria! Espalhêmos a ideia de salvação e restauração da nossa Patria! A publicação dum diário representa uma necessidade vital para o nosso movimento. Que todos os monarquicos conscientes, que todos os verdadeiros portugueses vejam a necessidade imperiosa da publicação dum diário que lute pela Patria — por Portugal! — contra os partidos, contra os elementos desorganizadores da Nação!

O nosso apêlo tem sido ouvido — em terras portugêsas e mesmo no estrangeiro por patricios nossos. Do Brasil e da America do Norte chegam-nos donativos e palavras de fé e de patriotismo. Solidários na fraternidade do combate, preparêmos a vitoria com uma máscula confiança.

Por Portugal!

Pelo Rei!

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

Lama

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 4020

A ACCÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primarias a **FAMILIA**, o **MUNICIPIO** e o **SINDICATO PROFISSIO-NAL**.

A constituição d'umas **CORTES GERAES** representativas dos interesses da **EGREJA**, da **TERRA**, da **INTELIGENCIA** e da **PRODUÇÃO**.

UM REI que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSAVEIS PERANTE ELE**:

Emfim **A RESTAURAÇÃO** d'uma **MONARQUIA** liberta de todas as mentiras democraticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NA-CIONAL**.

Monarquicos! Inscrevei-vos

na

Accção Realista Portuguesa

Rua da Barroca, 59, s/loja — LISBOA